

Ensino Multidisciplinar a Distância: Novas Perspectivas e Problemáticas na Acessibilidade em Saúde

Multidisciplinary Distance Learning: New Perspectives and Problems in Healthcare Accessibility

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v15i2.2591

Ana Eduarda de Araújo TORRES^{1*}
Ana Beatriz Gouveia de ARAÚJO²
Brígida Karla Fonseca ANIZIO³
Jéssika Rayanne Rocha BENEVIDES⁴
Kênia Samara Barbosa ARAÚJO²
Maria Cristina de MOURA-FERREIRA⁵
Diana de Abreu Costa BRAGA⁶

¹Excelência Consultoria e Mentoria
-João Pessoa, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande
do Norte -Natal, Brasil

³Universidade Federal da Paraíba -
João Pessoa, Brasil

⁴Faculdade Maurício de Nassau -
Campina Grande, Brasil

⁵Universidade Federal do Triângulo
Mineiro - Uberaba, Brasil

⁶ Universidade Federal de Uberlândia
- Uberlândia - MG, Brasil

*anaeduarda17@gmail.com

Resumo

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades do ensino multidisciplinar a distância na área da saúde, com ênfase na acessibilidade digital. A partir da análise de marcos legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI, Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI, Brasil, 2008), e da realidade de programas educacionais vinculados ao Sistema Único de Saúde, discute-se a lacuna entre normativas inclusivas e sua efetiva aplicação nas práticas pedagógicas digitais. São abordados obstáculos, como a padronização excludente de conteúdos, a ausência de formação docente para o uso de tecnologias assistivas e as desigualdades estruturais no acesso à *internet*. O estudo destaca ainda a importância do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e da articulação entre políticas públicas de educação e saúde como estratégias para a efetivação de uma formação equitativa. Conclui-se que a acessibilidade deve ser tratada como eixo estruturante do ensino a distância, demandando investimento contínuo, planejamento inclusivo e compromisso institucional com a diversidade.

Palavras-chave: Educação. Educação em saúde. Interdisciplinaridade. Educação a distância. Acessibilidade digital.



Recebido 27/05/2025
Aceito 04/07/2025
Publicado 04/09/2025

Editores responsáveis:
Márcia Denise Pletsch
Andrea Velloso
Klaus Schlunzen Junior

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: TORRES, A. E. de A. *et al.* Ensino Multidisciplinar a Distância: Novas Perspectivas e Problemáticas na Acessibilidade em Saúde. **EaD em Foco**, v. 15, n. 2, e2591, 2025. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v15i2.2591>

Multidisciplinary Distance Learning: New Perspectives and Problems in Healthcare Accessibility

Abstract

This article presents a critical reflection on the challenges and possibilities of multidisciplinary distance education in the field of healthcare, with an emphasis on digital accessibility. Based on the analysis of legal frameworks such as the Statute of Persons with Disabilities (LBI, Brazil, 2015) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI, Brazil, 2008), as well as the reality of educational programs linked to the Brazilian Unified Health System, the study discusses the gap between inclusive regulations and their practical application in digital pedagogical practices. Barriers addressed include the exclusionary standardization of content, the lack of teacher training in assistive technologies, and structural inequalities in internet access. The study also highlights the importance of universal design for learning and the articulation between public education and healthcare policies as strategies for achieving equitable training. It concludes that accessibility must be treated as a foundational axis of distance education, requiring continuous investment, inclusive planning, and institutional commitment to diversity.

Keywords: Education. Health education. Interdisciplinarity. Distance learning. Digital accessibility.

1. Introdução

A consolidação da educação a distância (EaD) como modelo legítimo de formação no campo da saúde tem provocado importantes transformações no modo como os saberes são produzidos, compartilhados e aplicados na prática profissional. A partir da democratização do acesso às tecnologias digitais e do fortalecimento de políticas públicas de educação continuada no Sistema Único de Saúde (SUS), diversas experiências de ensino têm adotado abordagens multidisciplinares como estratégia para promover uma formação mais integral, colaborativa e centrada nas necessidades reais dos territórios (Faria; David, 2010; Santos; Franco; Silva, 2010).

No entanto, o crescimento da modalidade a distância também evidencia uma série de problemáticas que atravessam o campo da acessibilidade digital. Apesar de o avanço tecnológico, nem todos os profissionais e estudantes da área da saúde dispõem de condições equânimes para acessar e interagir com os conteúdos ofertados em ambientes virtuais. Barreiras como infraestrutura limitada, falta de letramento digital, ausência de plataformas acessíveis a pessoas com deficiência e desigualdades regionais colocam em xeque a universalidade da educação em saúde (Burci, 2016; Dillenburg, 2021).

O ensino multidisciplinar, se associado à EaD, exige ainda maior atenção quanto à sua capacidade de integrar diferentes saberes e realidades sem reforçar exclusões históricas. Embora iniciativas como o Telessaúde Brasil, programa nacional que utiliza tecnologias de informação e comunicação para qualificar profissionais de saúde em regiões remotas, e os programas de residência multiprofissional, que oferecem formação prática e integrada em diversas áreas da saúde visando fortalecer o trabalho em equipe interdisciplinar, tenham se mostrado eficazes na interiorização do conhecimento e no fortalecimento da atuação colaborativa (Garcia; Baptista, 2007; Santos *et al.*, 2020), persiste um déficit estrutural na incorporação plena da acessibilidade como critério de qualidade formativa.

Assim, levantou-se a questão de pesquisa: Como garantir a efetiva acessibilidade digital no ensino multidisciplinar a distância em saúde, diante das desigualdades tecnológicas, estruturais e pedagógicas existentes no contexto brasileiro? Neste artigo, propõe-se uma reflexão crítica sobre os paradoxos entre inovação e exclusão no ensino multidisciplinar a distância, com foco nos desafios da acessibilidade em saúde. A partir de um diálogo com a literatura especializada, busca-se problematizar os limites e possibilidades desse modelo formativo, considerando o cenário brasileiro e os princípios do direito universal à educação e à saúde.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo documental com ensaio crítico, ancorado em revisão narrativa da literatura e análise de marcos legais e políticas públicas brasileiras relacionadas à acessibilidade digital e à formação em saúde. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, LILACS, PubMed, ERIC e Google Scholar, com descritores/DeCS/MeSH (português e inglês): “educação a distância”, “acessibilidade digital”, “educação em saúde”, “multidisciplinaridade”, “desenho universal para aprendizagem (DUA)”, “tecnologias assistivas”, combinados por operadores booleanos.

Critérios de inclusão: documentos (legais, normativos, técnicos e acadêmicos) que discutiam acessibilidade digital no contexto da educação em saúde a distância e/ou formação multiprofissional no SUS. Exclusão: publicações exclusivamente clínicas sem interface educacional e documentos sem disponibilidade integral. A seleção ocorreu por triagem de títulos/resumos e leitura integral; os estudos elegíveis foram extraídos em matriz padronizada (tipo e ano do documento, contexto, público, estratégias de acessibilidade, barreiras, facilitadores, evidências e lacunas).

A análise seguiu síntese temática e análise crítica orientadas pelos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), pela PNEPS e por referências de usabilidade e acessibilidade, com triangulação entre literatura científica, marcos legais e experiências relatadas em programas públicos. Por utilizar fontes públicas e não envolver pessoas, o estudo dispensa apreciação ética em CEP. Esta estratégia metodológica coaduna-se com o objetivo do artigo de problematizar a lacuna entre normativas inclusivas e sua aplicação nas práticas pedagógicas digitais, destacando o papel do DUA e da articulação entre políticas de educação e saúde.

3. Desenvolvimento

3.1 Desafios e Caminhos para uma Formação Inclusiva: O Ensino Multidisciplinar a Distância em Foco

O ensino multidisciplinar a distância tem se apresentado como uma estratégia inovadora e promissora na qualificação de profissionais da saúde, sobretudo pela sua capacidade de democratizar o acesso ao conhecimento em um país de grandes desigualdades regionais. Entretanto, esse modelo carrega desafios complexos que vão além das questões tecnológicas e envolvem aspectos estruturais, pedagógicos e políticos. Nesta seção, serão discutidos os principais elementos que atravessam essa modalidade formativa, com atenção especial à acessibilidade digital, à capacitação docente e às políticas públicas que orientam a construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

3.2 Conhecendo o Ensino Multidisciplinar

A educação a distância (EaD) tem se consolidado como estratégia relevante para ampliar o acesso à formação em saúde, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. No entanto,

sua aplicação no campo do ensino multidisciplinar exige não apenas inovação tecnológica, mas também compromisso com a justiça social. A acessibilidade digital, nesse contexto, não pode ser tratada como um elemento secundário, mas como parte central da concepção pedagógica e da infraestrutura dos programas formativos (Dillenbourg, 2021).

A multidisciplinaridade, ao reunir profissionais de distintas áreas do saber, como medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, fisioterapia e odontologia, requer plataformas que favoreçam a construção coletiva do conhecimento, promovam o diálogo interprofissional e respeitem as singularidades de aprendizagem dos participantes. Quando essa proposta é mediada digitalmente, os desafios se multiplicam. É comum que os cursos falhem em oferecer recursos acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva, motora ou neurodivergência, o que compromete o princípio da equidade (Burci, 2016; Ferreira; Cotta; Oliveira, 2008).

Além das barreiras físicas e sensoriais, há questões estruturais que envolvem o acesso à *internet*, à conectividade adequada e a dispositivos compatíveis com as plataformas de ensino. No Brasil, segundo dados do IBGE (2023), aproximadamente 20% das residências ainda não possuem acesso à *internet*, e esse índice é significativamente maior nas regiões Norte e Nordeste. Essa desigualdade de acesso repercute diretamente sobre a efetividade das políticas de formação continuada para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em áreas rurais e periferias urbanas (Garcia; Baptista, 2007).

Do ponto de vista pedagógico, o ensino multidisciplinar a distância também enfrenta obstáculos relacionados ao letramento digital dos profissionais da saúde. Muitos usuários das plataformas EaD têm dificuldades em utilizar recursos básicos, como fóruns de discussão, videoaulas, bibliotecas virtuais e atividades interativas. Isso reforça a necessidade de investimento não apenas em infraestrutura, mas também em ações formativas voltadas à capacitação tecnológica dos docentes e discentes envolvidos (Quinderé; Jorge, 2013).

Outro aspecto relevante é a ausência de diretrizes nacionais mais específicas sobre acessibilidade digital no âmbito da educação permanente em saúde. Embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) apontem a importância da adaptação curricular e dos recursos educacionais acessíveis, essas orientações muitas vezes não se materializam nas iniciativas de EaD no SUS. Isso se deve, em parte, à carência de profissionais com formação especializada em acessibilidade nas equipes responsáveis pela elaboração dos cursos (Lemos *et al.*, 2020).

É preciso, portanto, repensar o modelo atual de EaD na saúde, integrando acessibilidade digital como diretriz transversal desde a fase de planejamento até a avaliação dos programas. Isso implica garantir plataformas compatíveis com leitores de tela, legendas automáticas, navegação simplificada, audiodescrição e tutoria personalizada. Também é fundamental considerar os tempos de aprendizagem diferenciados e os estilos cognitivos dos participantes, respeitando sua diversidade.

Por fim, a construção de uma cultura institucional que valorize a acessibilidade como direito e não como favor é essencial para que o ensino multidisciplinar a distância seja verdadeiramente inclusivo. Essa cultura deve ser acompanhada de recursos financeiros, apoio técnico e compromisso político das instituições envolvidas na formação em saúde.

Ao se analisar o panorama da educação a distância no campo da saúde, observa-se que as iniciativas de formação têm avançado de maneira significativa no sentido de alcançar profissionais em diferentes regiões do país. No entanto, a concepção de ensino ainda carece de uma abordagem mais centrada na equidade e nos direitos humanos. A acessibilidade digital, entendida não apenas como acesso físico às tecnologias, mas também como usabilidade e inclusão pedagógica, continua sendo negligenciada nos planos de ensino (Santos *et al.*, 2020).

Projetos como o Telessaúde Brasil, por exemplo, demonstraram que é possível integrar tecnologia, territorialidade e educação permanente de forma eficaz. No entanto, mesmo nestes casos, os critérios de acessibilidade nem sempre foram priorizados na elaboração das interfaces e dos conteúdos (Faria; David, 2010). Essa lacuna revela um descompasso entre o avanço tecnológico e a consolidação de práticas inclusivas, o que reforça a necessidade de desenvolver indicadores de acessibilidade específicos para ambientes virtuais na saúde.

Além disso, o ensino multidisciplinar demanda plataformas que respeitem diferentes linguagens e níveis de complexidade. Em cursos voltados para equipes multiprofissionais, é comum que os conteúdos não estejam igualmente adaptados para todos os perfis, sendo muitas vezes elaborados sob a lógica da medicina ou da enfermagem, deixando outras áreas em segundo plano. Isso não apenas dificulta o aprendizado, como também compromete a construção de uma cultura colaborativa (Quinderé; Jorge, 2013).

O cenário torna-se ainda mais desafiador quando se consideram os profissionais com deficiência. Como relatado por Burci (2016), muitos estudantes com deficiência visual enfrentam ausência de leitores de tela compatíveis, formulários não navegáveis por teclado e materiais visuais não descritos. Esses entraves tecnológicos e pedagógicos comprometem diretamente a permanência e o aproveitamento dos discentes, desrespeitando o que determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Assim, a construção de uma educação verdadeiramente acessível no ensino multidisciplinar a distância exige uma reconfiguração do próprio conceito de qualidade educacional. A presença de recursos tecnológicos não pode mais ser entendida como sinônimo de inovação, se esses recursos não forem acompanhados de critérios de usabilidade e adaptabilidade a diferentes perfis de usuários. O compromisso com a equidade deve extrapolar o discurso institucional e materializar-se em práticas concretas que respeitem a diversidade humana em sua totalidade.

3.3 A acessibilidade no Ensino Multidisciplinar

O ensino multidisciplinar a distância tem se consolidado como uma estratégia fundamental na formação de profissionais da saúde, sobretudo no contexto da educação permanente e da atuação interprofissional. No entanto, apesar de o avanço das tecnologias educacionais, a acessibilidade digital ainda representa um gargalo estrutural para a efetivação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

Entendida como a capacidade de todos os sujeitos acessarem e utilizarem recursos digitais de forma autônoma e plena, a acessibilidade ultrapassa a simples presença de ferramentas tecnológicas. Ela implica o desenho pedagógico universal, a compatibilidade das plataformas com tecnologias assistivas, o uso de linguagem clara e a oferta de recursos múltiplos, como vídeos legendados, tradução em Libras e descrições textuais de imagens (Santos e Oliveira, 2021).

Um dos principais desafios observados em cursos com abordagem multidisciplinar é a padronização das interfaces e conteúdos. Muitas vezes, os materiais produzidos seguem formatos que desconsideram as necessidades de pessoas com deficiência visual, auditiva ou neurodivergência, além de profissionais com baixa escolaridade digital. Essa lacuna compromete diretamente os princípios de equidade e justiça social que deveriam fundamentar a formação em saúde (Gomes, 2022; Velarde, 2015).

Segundo Mendes *et al.* (2021), a falta de planejamento voltado à acessibilidade no desenvolvimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) tende a gerar retrabalho, custos adicionais e exclusão de parte dos usuários. Isso é agravado em iniciativas vinculadas ao SUS, nas quais a diversidade socioterritorial dos profissionais exige soluções contextualizadas, adaptáveis e universais.

Outro ponto crítico é a carência de políticas institucionais que regulamentem padrões mínimos de acessibilidade para cursos EaD. Estudos como o de Santos e Oliveira (2021) apontam que a inclusão digital, quando negligenciada,

amplia desigualdades históricas no acesso à formação e à carreira pública, afetando especialmente profissionais em regiões periféricas, rurais ou com deficiência.

Frente a esse cenário, a integração da acessibilidade no ensino multidisciplinar deve ser pensada desde a fase de concepção do curso. O desenho universal para aprendizagem, aliado ao uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas, contribui para a construção de ambientes que respeitam a diversidade de perfis, ritmos e modos de aprendizagem.

A transformação digital na saúde só será inclusiva se caminhar lado a lado com a acessibilidade. Portanto, garantir esse direito no ensino multidisciplinar a distância é investir na qualidade formativa, na equidade do cuidado e na democratização do conhecimento como bem público e coletivo.

3.4 Capacitação Docente para Ensino Inclusivo em Ambientes Virtuais e Multidisciplinares

A expansão da educação a distância no ensino em saúde impõe novos desafios às instituições formadoras, sobretudo no que tange à capacitação docente para atuar em ambientes virtuais com foco na inclusão. A prática pedagógica inclusiva, mediada por tecnologias digitais, exige do corpo docente mais do que domínio técnico das plataformas. Exige sensibilidade pedagógica, conhecimento das diretrizes de acessibilidade e capacidade de dialogar com saberes de múltiplas áreas.

No ensino multidisciplinar, que congrega profissionais de campos diversos como enfermagem, psicologia, odontologia, nutrição e serviço social, o desafio é ainda maior. É preciso articular conteúdos e metodologias que atendam às especificidades epistemológicas de cada área, ao mesmo tempo em que se assegura a equidade no acesso à aprendizagem. Segundo Taquette *et al.* (2021), muitos docentes ainda não se sentem preparados para integrar práticas colaborativas e interprofissionais a contextos virtuais, em especial quando há discentes com deficiência ou limitação digital.

A literatura revela que a ausência de formação continuada com foco em acessibilidade digital resulta em práticas excludentes, mesmo quando há intenção de inclusão. Como apontado por Souza *et al.* (2023), a falta de capacitação tecnológica e pedagógica compromete a aplicação de recursos como leitores de tela, navegação por teclado, legendagem automática ou audiodescrição, ferramentas fundamentais para a permanência de estudantes com deficiência nos cursos a distância.

Além disso, há um descompasso entre as políticas institucionais e as ações práticas nos cursos de saúde. Embora documentos oficiais recomendem o uso de princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), sua aplicação na rotina docente ainda é rara. Fonseca e Barbosa (2024) ressaltam que muitos docentes sequer são informados sobre os recursos de acessibilidade disponíveis nas plataformas que utilizam, revelando uma lacuna entre planejamento e execução.

Diante disso, é urgente implementar programas permanentes de capacitação que combinem: (1) formação técnica no uso de ambientes virtuais acessíveis, (2) metodologias ativas aplicáveis ao ensino multidisciplinar e (3) fundamentos da educação inclusiva em saúde. Esses programas devem ser interativos, contextualizados à realidade dos docentes e construídos em rede, aproveitando o potencial de cooperação interinstitucional entre universidades, núcleos de educação em saúde e gestores públicos.

Mais do que uma exigência normativa, a acessibilidade deve ser compreendida como um compromisso ético do docente com a democratização do ensino em saúde. Assim, a formação docente em acessibilidade digital e interdisciplinaridade não é um adendo opcional, mas um eixo estruturante para a construção de práticas educacionais transformadoras.

3.5 Políticas Públicas e Normativas sobre Acessibilidade na Educação a Distância em Saúde

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e na formação técnica em saúde é um compromisso legal e ético firmado pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. No entanto, a efetividade das políticas públicas de acessibilidade digital, especialmente na modalidade de educação a distância (EaD), ainda enfrenta obstáculos significativos na área da saúde. A análise crítica das normativas vigentes revela avanços normativos, mas também lacunas estruturais na implementação.

O marco central no ordenamento jurídico brasileiro é o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), que define a acessibilidade como condição fundamental para o exercício da cidadania e o acesso à educação em igualdade de oportunidades. Segundo a legislação, instituições de ensino devem adotar medidas de acessibilidade física, comunicacional e digital, promovendo a inclusão por meio de recursos assistivos, adaptações curriculares e apoio especializado (Brasil, 2015). No entanto, diversos programas educacionais vinculados ao SUS, como o AVASUS, ambiente virtual desenvolvido para oferecer cursos de formação continuada a profissionais de saúde em diferentes regiões do Brasil, e o UNA-SUS, sistema nacional criado para articular instituições públicas de ensino superior na oferta de cursos e recursos educacionais voltados à qualificação em saúde, ainda carecem de avaliação sistemática quanto à aplicação concreta dessas exigências de acessibilidade digital.

Complementarmente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI – (Brasil, 2008), instituída pelo Ministério da Educação, estabelece diretrizes para a organização de sistemas educacionais que garantam o atendimento educacional especializado e o uso de tecnologias assistivas. Embora a PNEEPEI tenha sido um avanço importante, sua adesão nos cursos de formação em saúde a distância tem sido parcial, especialmente devido à ausência de fiscalização e de capacitação docente para sua operacionalização (Mendes *et al.*, 2021).

No âmbito das políticas de saúde, documentos como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS reconhecem a educação como ferramenta estratégica para qualificar o cuidado e promover equidade. Ainda assim, poucos instrumentos normativos vinculados ao SUS tratam diretamente da acessibilidade digital, revelando uma lacuna entre a diretriz de universalização do acesso e sua tradução em ações educacionais concretas (Fonseca e Barbosa, 2024).

A falta de integração entre as políticas de educação e de saúde no campo da acessibilidade compromete o potencial inclusivo dos cursos a distância ofertados para profissionais do SUS. Enquanto há exigências legais claras, a aplicação prática depende de investimentos contínuos, estrutura institucional, formação docente e monitoramento efetivo das plataformas utilizadas.

Em síntese, apesar de os avanços normativos, a acessibilidade digital ainda não está plenamente incorporada à lógica de funcionamento da educação em saúde a distância no Brasil. É urgente articular as normativas existentes a estratégias pedagógicas e operacionais que garantam sua concretização em todos os níveis formativos.

4. Conclusão

A trajetória percorrida ao longo deste artigo evidencia que o ensino multidisciplinar a distância no campo da saúde representa, simultaneamente, uma promissora via de democratização do conhecimento e um campo repleto de desafios estruturais, pedagógicos e sociais.

Além da modalidade totalmente a distância, destaca-se o modelo híbrido de formação, que combina atividades presenciais e virtuais de maneira articulada. Essa abordagem tem se consolidado como uma

alternativa potente para aproximar os benefícios da tecnologia educacional das realidades locais, permitindo momentos de interação presencial que reforçam vínculos interprofissionais e possibilitam a adaptação dos conteúdos às especificidades regionais. No contexto da saúde, o modelo híbrido potencializa a aprendizagem prática em serviços e unidades básicas, ao mesmo tempo em que oferece flexibilidade de acesso aos materiais digitais.

Entretanto, para que essa proposta não reproduza desigualdades já presentes na EaD, é fundamental que as atividades online contemplem rigorosos critérios de acessibilidade digital, garantindo que profissionais com deficiência ou baixa familiaridade tecnológica possam participar de forma autônoma e efetiva. Assim, o modelo híbrido deve ser concebido com a mesma atenção inclusiva que se espera do ensino totalmente virtual.

Conforme demonstrado, a acessibilidade digital vai além do acesso à *internet* e ao uso de dispositivos. Ela envolve a garantia de que os ambientes virtuais de aprendizagem sejam desenhados, operados e avaliados segundo os princípios do desenho universal, considerando as diversas necessidades sensoriais, cognitivas, tecnológicas e culturais dos profissionais que compõem o SUS. A negligência quanto a esse aspecto compromete não apenas a aprendizagem de grupos historicamente marginalizados, mas também o próprio objetivo formativo das ações de educação em saúde.

Um dos aspectos mais críticos discutidos foi a desconexão entre o arcabouço legal brasileiro, bastante robusto no que se refere à inclusão — e a prática pedagógica observada nos cursos ofertados via EaD. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), a PNEPEI e as diretrizes do SUS estabelecem parâmetros claros para a inclusão, mas sua aplicação efetiva nos ambientes educacionais digitais ainda é limitada. Falta monitoramento institucional, capacitação docente especializada e infraestrutura técnica que assegure a implementação desses preceitos.

A multidisciplinaridade, por sua vez, agrava esse cenário ao exigir metodologias que acolham diferentes lógicas formativas. Profissionais de áreas como fisioterapia, odontologia, psicologia, enfermagem e serviço social possuem ritmos e modos distintos de aprender e interagir com os conteúdos. Assim, a criação de recursos didáticos acessíveis não pode ser padronizada de forma simplista. É necessário desenvolver trilhas de aprendizagem flexíveis, recursos multimodais e ambientes com suporte contínuo, inclusive com tutores capacitados para orientar discentes com deficiência ou dificuldades de letramento digital.

A capacitação docente, como também discutido, constitui um eixo essencial para que a inclusão aconteça. Não basta conhecer ferramentas tecnológicas: é preciso desenvolver uma sensibilidade pedagógica voltada à diversidade e à justiça social. Programas de formação continuada devem incorporar temas como desenho universal para aprendizagem, mediação pedagógica inclusiva, acessibilidade em plataformas e ética do cuidado com a diferença. Apenas assim será possível formar educadores que não apenas operem sistemas digitais, mas os habitem criticamente, com consciência de seu papel transformador.

Outro ponto de destaque é a necessidade de articulação intersetorial entre os campos da educação e da saúde. Os cursos ofertados pelas universidades públicas, programas de residência, plataformas como o UNA-SUS ou AVASUS e ações de Telessaúde devem dialogar com as políticas de inclusão digital, com a política nacional de educação especial e com as estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais. Sem essa articulação, cada setor seguirá investindo em ações fragmentadas, limitando os impactos formativos e perpetuando assimetrias no acesso ao conhecimento.

A partir dessa reflexão, conclui-se que o ensino multidisciplinar a distância em saúde exige uma concepção ampliada de inclusão, que considere simultaneamente a diversidade profissional, as condições de acesso e a pluralidade dos sujeitos aprendentes. É urgente que os processos formativos incorporem, desde sua concepção, critérios de acessibilidade digital, interatividade pedagógica e suporte humano constante, de forma a garantir não apenas acesso, mas permanência e sucesso educacional para todos.

Como perspectivas futuras, sugere-se que novas pesquisas se debrucem sobre a avaliação da acessibilidade real nas plataformas públicas de formação em saúde, a construção de indicadores nacionais de inclusão digital nos ambientes EaD, e o mapeamento de boas práticas institucionais. Também se recomenda que os gestores educacionais e de saúde avancem na formulação de políticas transversais que integrem acessibilidade, formação docente e inovação tecnológica de forma planejada e participativa.

Dessa forma, o fortalecimento do ensino multidisciplinar a distância dependerá menos da expansão técnica de recursos e mais do comprometimento ético com a construção de um sistema educacional inclusivo, justo e sensível à complexidade que envolve a formação em saúde no Brasil.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, F. K.; FONSECA, E. da S. Navegando além das paredes da sala de aula: a revolução da inteligência artificial na educação a distância e a vanguarda do ensino híbrido. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2171> Acesso em: 14 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 maio 2025.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **MEC/SEESP**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso em: 14 maio 2025.
- BURCI, T. V. L. O processo da inclusão de pessoas com deficiência visual na educação superior a distância no Brasil. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás**, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/59931937/DISERTACAO_-_Taissa_Vieira_Lozano_Burci-20190704-121104-1kpmg8h.pdf Acesso em: 14 maio 2025.
- DILLENBURG, A. I. O ambiente de potencial formação (APF) como mediação para a acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior a distância. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22977> Acesso em: 14 maio 2025.
- FARIA, M. G. A.; DAVID, H. M. S. L. Enfermagem e educação permanente à distância: o exemplo do projeto Telessaúde Brasil, núcleo Rio de Janeiro. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 308–313, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648973011.pdf> Acesso em: 14 maio 2025.
- FERREIRA, M. A.; COTTA, R. M. M.; OLIVEIRA, F. A. Reflexões sobre a formação de profissionais de saúde: a importância do trabalho interdisciplinar e da integralidade do cuidado. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 27, p. 357–367, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000200012> Acesso em: 14 maio 2025.
- FONSECA, E. da S.; BARBOSA, F. K. Navegando além das paredes da sala de aula: a revolução da inteligência artificial na educação a distância e a vanguarda do ensino híbrido. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2171> Acesso em: 14 maio 2025.
- GARCIA, R. M.; BAPTISTA, R. Educação a distância para a qualificação dos profissionais do SUS: perspectivas e desafios. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 31, n. 1, p. 124–137, 2007. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1428> Acesso em: 14 maio 2025.

- GOMES, J. G. Interfaces de Ensino Superior sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência Visual: reflexões sobre acessibilidade digital e atitudinal. **PUC-Rio**, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/68217/68217.PDF> Acesso em: 14 maio 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa sobre inclusão digital no Brasil. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 14 maio 2025.
- LEMOS, K. C. O. *et al.* Inclusão digital de pessoas com deficiência na perspectiva de estudantes e professores: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 1, p. 31–48, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/7wz7x9spp9rR8BtKXjxZxLJ> Acesso em: 14 maio 2025.
- MENDES, G. N.; GUIMARÃES, G. L. P.; PAULA, E. J. C. de. Educação continuada e permanente na atenção primária de saúde: uma necessidade multiprofissional. **Cenas Educacionais**, v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/12113> Acesso em: 14 maio 2025.
- OLIVEIRA, L. P. de; SANTOS, C. E. R. dos. Acessibilidade digital em ambientes virtuais de aprendizagem: uma revisão sistemática. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1143> Acesso em: 14 maio 2025.
- QUINDERÉ, P. H. D.; JORGE, M. S. B. Acessibilidade e resolubilidade da assistência em saúde mental: a experiência do apoio matricial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2157–2166, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n7/2157-2166> Acesso em: 14 maio 2025.
- SANTOS, M. C.; FRANCO, T. B.; SILVA, M. J. P. A integralidade na formação dos profissionais de saúde: contribuições da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 935–944, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400027> Acesso em: 14 maio 2025.
- SANTOS, M. C. *et al.* Mídias e ações de discentes e docentes dos cursos de Educação Física da UFMG no contexto da pandemia da COVID-19. **Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/69439> Acesso em: 14 maio 2025.
- SOUZA, E. A. G. Educação a distância: uma proposta de institucionalização para a Universidade Federal de Santa Maria. **Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/30358> Acesso em: 14 maio 2025.
- TAQUETTE, S. R. *et al.* Necessidade de mudanças na educação médica e a percepção de professores antes da pandemia da Covid-19. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/JY4NfPYXxTRg6FKpHK7Qgzd> Acesso em: 14 maio 2025.
- VELARDE, P. E. Núcleo de Tecnologias em Educação a Distância em Saúde: curso de especialização em Saúde da Família. CORE, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84848408.pdf> Acesso em: 14 maio 2025.